



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA**

Processo 8500221-44-2012.8.06.0026

Requerente: Procuradoria Geral do Estado do Ceará

PARECER-GAB1-72/2012

P A R E C E R

Excelentíssima Senhora Corregedora-Geral da Justiça:

Trata a presente manifestação de solicitação feita pela Procuradoria Geral do Estado do Ceará acerca da representação, oferecida pelo Ministério Público da Comarca de Guaraciaba do Norte, em decorrência da exigência de apresentação de Certidão Negativa de Nascimento do Cartório de onde ocorreu o parto, quando este for diverso do domicílio do declarante, positivado no artigo 243, parágrafo único do Provimento 06/99 da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Ceará. **Frise-se, de início, que o dispositivo em comento já fora revogado pelo Provimento 06/2010 desta nobre Casa.**

Na inicial, o nobre representante do Ministério Público Estadual relata a ocorrência de negativa da emissão do Registro Civil, demonstrando, em sua explanação, os prejuízos acarretados por essa exigência e pede que seja concedida medida cautelar da obrigação de fazer.

O objeto da ação fundamenta-se no artigo 22, inciso XXV, da Carta Magna, que dispõe ser competência privativa da União legislar sobre registro público, *in verbis*:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

XXV - registros públicos;

Competência privativa é aquela que pode ser delegada, em caráter subsidiário ou de **regulamentação**.

Para tanto, introduziu-se, em nosso ordenamento jurídico, a Lei 6.015/73 que cria dispositivos a fim de legalizar o procedimento adotado para a emissão do Registro Público. No capítulo IV do referido instrumento normativo, o legislador se ocupou em dispor sobre o nascimento, definindo a forma de materialização do respectivo registro:

Art. 50. Todo nascimento que ocorrer no território nacional deverá ser dado a registro, no lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos pais, dentro do prazo de quinze dias, que será ampliado em até três meses para os lugares distantes mais de trinta quilômetros da sede do cartório.

Art. 52. São obrigados a fazer declaração de nascimento:

.....

§ 1º Quando o oficial tiver motivo para duvidar da declaração, poderá ir à casa do recém-nascido verificar a sua existência, ou exigir a atestação do médico ou parteira que tiver assistido o parto, ou o testemunho de duas pessoas que não forem os pais e tiverem visto o recém-nascido.

Noticiamos, para melhor compreensão do tema, que o atual Provimento 06/2010 da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Ceará regulamenta a matéria em apreço com a seguinte redação:

Art. 67 - O registro deve ser declarado na circunscrição da residência dos pais ou do local do parto.

§ 1º - Quando o nascimento ocorrer em lugar fora do domicílio dos pais, faculta-se exigir a declaração firmada pelo declarante, diante de duas testemunhas, sob as penas da lei, de que não possui outro registro, a fim de evitar duplicidade. Em caso de dúvida invencível, o Oficial Registrador poderá exigir a certidão negativa do registro civil do local do nascimento.

Em síntese, é o relatório.

Passemos a opinar

Cumprе ressaltar e louvar a nobre iniciativa do douto Promotor de Justiça ao dar impulso a ação que objetiva facilitar o acesso de todos ao registro civil de nascimento. Em verdade, a medida encadeada vai ao encontro das ações governamentais em curso como o objetivo de reduzir-se os índices do sub-registro de nascimento em todas as unidades da Federação. Citemos, por exemplo, os Projetos PAI PRESENTE e o de ERRADICAÇÃO DO SUB-REGISTRO, ambos supervisionados pelo excelso Conselho Nacional de Justiça e Corregedorias dos Tribunais.

Acontece que nesta situação, afigura-se a presença de uma aparente colisão de princípios norteadores do nosso Direito, notadamente o da Legalidade e Segurança Jurídica, cuja resolução recomenda o sopesamento de valores para se alcançar a melhor exegese.

O artigo 5º, II, da Constituição Federal de 1988 consubstancia o Princípio da Legalidade nestes termos:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

Já no inciso XXXVI do mesmo artigo da Carta Magna positiva a Segurança Jurídica:

XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

Não podemos aqui invocar a hierarquia normativa já que estamos diante de preceitos norteadores ambos oriundos da Constituição Federal.

Em reforço ao Princípio da Segurança Jurídica, invoca-se o artigo 1º da Lei 8935/94 que regulamenta os serviços notariais e de registro em todo o País, através do qual se reforça a exigência de que devem ser observados os seguintes requisitos os atos praticados pelos serventuários:

Art. 1º Serviços notariais e de registro são os de organização técnica e administrativa destinados a garantir a publicidade, autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos

Na atual conjuntura, fácil perceber que o então Desembargador Corregedor-Geral da Justiça, ao tratar da matéria tanto no revogado Provimento 06/99 quanto no atual Provimento 06/2010, não exorbitou em seu poder regulamentar ao exigir *em caso de dúvida invencível, o Oficial Registrador poderá exigir a certidão negativa do registro civil do local do nascimento*. Trata-se apenas de um meio garantidor para salvaguardar a segurança dos atos praticados pelos delegados, os quais devem estar revestido da necessária segurança jurídica.

A medida visa evitar a duplicidade do registro civil de crianças e adolescente, pondo em risco a segurança dos atos jurídicos. Consoante registros existentes nesta Casa, constata-se que o fato em comento tem sido corriqueiro, não obstante os esforços empreendidos para debelá-los.

Em pesquisa a Corregedorias de outros estados da Federação, podemos perceber que a exigência em tela igualmente é prevista nos atos regulamentares da Lei do Registro Público, o que se reforça o entendimento da proteção da segurança jurídica:

CORREGEDORIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO

Art. 731. O registro de nascimento deve ser declarado na circunscrição da residência dos pais ou do local do parto, no prazo de 15 (quinze) dias, que será ampliado em até 03 (três) meses, para os lugares distantes mais de 30 (trinta) quilômetros da sede do Serviço.

§ 8º. Em qualquer caso, nas hipóteses dos §§ 4º e 5º, se o Oficial suspeitar de falsidade da declaração, poderá exigir provas suficientes, tais como: certidões negativas dos serviços de registro civil do local da residência do registrando e do local do nascimento, identificação datiloscópica feita pelo serviço de identificação civil local, prova de residência, dentre outras.

CORREGEDORIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA

Art. 595. O nascimento deve ser registrado no lugar do parto ou de residência dos pais, no prazo de quinze dias.

§ 2º Fora do prazo, o registro será efetuado no local de residência dos pais, mediante apresentação de certidão negativa de registro de nascimento do cartório do lugar onde ocorreu o parto.

CORREGEDORIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ

15.2.7.6 No caso de nascimento em domicílio ou outro local que não seja estabelecimento de saúde, o registrador deverá cuidar para que não haja duplicidade de emissão da DNV, devendo, sempre que necessário, consultar a casa de saúde sobre a possível emissão do documento referido.

Em face do exposto, concernente às atribuições e competências desta Casa, no presente caso, verifica-se que a exigência guerreada pelo *Parquet*, salvo melhor análise, amolda-se aos ditames e valores constitucionalmente protegidos pelo Constituinte, não configurando qualquer exigência descabida que venha impedir a materialização do registro de nascimento de crianças, sobretudo porque a exigência de certidão do local de nascimento somente poderá ser feita em situações excepcionais. A medida em apreço torna-se primordial para que os atos praticados pelos serventuários sejam pautados em informações verídicas, devendo ser-lhes garantido meios idôneos para sua certificação.

É o parecer, *sub censura*.

Fortaleza, 14 de junho de 2012.

Francisco Eduardo Torquato
Juiz Corregedor Auxiliar



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

Protocolo Único: 8500221-44.2012.8.06.0026/0
Requerente: Procuradoria Geral do Estado

DECISÃO

Vistos.

A Procuradoria Geral do Estado do Ceará requer a manifestação desta Corregedoria Geral da Justiça sobre a conduta dos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais da Comarca de Guaraciaba do Norte, que estão a exigir, quando do pedido de emissão de certidão de nascimento de criança nascida em outra localidade, a apresentação de Certidão Negativa de Nascimento emitida pelo Cartório do local onde ocorreu o parto, como prova de que os referidos menores não foram lá registrados.

O fato foi levado ao conhecimento do Ministério Público Estadual, que ajuizou a competente AÇÃO CIVIL PÚBLICA (fls. 4/8).

Processo encaminhado ao eminente Juiz Auxiliar desta Corregedoria, Dr. Francisco Eduardo Torquato Scorsafava que emitiu às fls. 17/22 substancioso parecer, do qual destaco os seguintes trechos, *verbis*:

“Noticiamos, para melhor compreensão do tema, que o atual Provimento 06/2010 da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará regulamenta a matéria em apreço com a seguinte redação:

Art. 67 – O registro deve ser declarado na circunscrição da residência dos pais ou do local do parto.

§ 1º - Quando o nascimento ocorrer em lugar fora do domicílio dos pais, faculta-se exigir a declaração firmada pelo declarante, diante de duas testemunhas, sob as penas da lei, de que não possui outro registro, a fim de evitar duplicidade. Em caso de dúvida invencível, o Oficial Registrador poderá exigir a certidão negativa do registro civil do local do nascimento.

.....
Cumpre ressaltar e louvar a nobre iniciativa do douto Promotor de Justiça ao dar impulso a ação que objetiva facilitar o acesso de todos ao registro civil de nascimento.
.....

Na atual conjuntura, fácil perceber que o então Desembargador Corregedor-Geral da Justiça, ao tratar da matéria tanto no revogado Provimento 06/99 quanto no

atual Provimento 06/2010, não exorbitou em seu poder regulamentar ao exigir ***em caso de dúvida invencível, o Oficial Registrador poderá exigir a certidão negativa do registro civil do local do nascimento.*** Trata-se apenas de um meio garantidor para salvaguardar a segurança dos atos praticados pelos delegados, os quais devem estar revestido da necessária segurança jurídica.

A medida visa evitar a duplicidade do registro civil de crianças e adolescente, pondo em risco a segurança dos atos jurídicos. Consoante registros existentes nesta Casa, constata-se que o fato em comento tem sido corriqueiro, não obstante os esforços empreendidos para debelá-los.

.....

“Em face do exposto, concernente às atribuições e competências desta Casa, no presente caso, verifica-se que a exigência guerreada pelo *Parquet*, salvo melhor análise, amolda-se aos ditames e valores constitucionalmente protegidos pelo Constituinte, não configurando qualquer exigência descabida que venha impedir a materialização do registro de nascimento de crianças, sobretudo porque a exigência de certidão do local de nascimento somente poderá ser feita em situações excepcionais. A medida em apreço torna-se primordial para que os atos praticados pelos serventuários sejam pautados em informações verídicas, devendo ser-lhes garantido meios idôneos para sua certificação.”

Vê-se, portanto, que a questão suscitada pelo Ministério Público é objeto de dispositivo expresso do Provimento 06/2010 desta Corregedoria Geral, razão por que poderão os Oficiais de Registro, analisando as características do caso concreto e surgindo dúvida invencível, condicionar a prática de seus atos de registro de nascimento à prévia apresentação da certidão negativa do registro civil do local do nascimento, repita-se, como meio garantidor para salvaguardar a segurança dos atos por eles praticados, os quais devem estar revestidos da necessária segurança jurídica.

Destarte, aprovo o parecer do MM. Juiz Auxiliar da Corregedoria, por seus fundamentos, ora adotados.

Encaminhem-se cópias do parecer e desta decisão à douta Procuradoria Geral do Estado para conhecimento.

Após o expediente necessário, arquivem-se os presentes autos.

Fortaleza, 24 de julho de 2012.

Desa. EDITE BRINGEL OLINDA ALENCAR
Corregedora Geral da Justiça